proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a 7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da dotação inscrita no artigo 47.º, do capítulo 7.º, do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano económico de 1946; consignada a «Despesas de anos económicos findos», a quantia de francos suíços 3:332,00, importância da contribuição de Portugal para o Bureau International des Oeuvres Littéraires et Artistiques relativa ao ano de 1945.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellata de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Decreto-lei n.º 35:834

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. E adicionado ao artigo 32.º do decreto-lei n.º 26:117, de 23 de Novembro de 1935, o seguinte parágrafo:

§ 5.º Sempre que o lugar de secretário do Fundo Especial de Caminhos de Ferro seja provido por um engenheiro de 1.ª ou 2.ª classe dos quadros dos serviços da Direcção Geral de Caminhos de Ferro, ficam-lhe assegurados, nas mesmas condições, os direitos consignados na alínea b) aos chefes das repartições técnicas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellata de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral dos Serviços Eléctricos

Decreto n.º 35:835

De harmonia com o disposto no artigo 33.º do decreto-lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento dos concursos de admissão e promoção do pessoal do quadro perma-

nente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, que faz parte integrante deste decreto e baixa assinado pelo Ministro da Economia.

Art. 2.º Os concursos abertos anteriormente à publicação deste diploma continuam a regular-se pelos preceitos constantes do decreto n.º 27:236, de 23 de Novembro de 1936, sendo-lhes, porém, aplicável o disposto no § único do artigo 3.º do regulamento anexo ao presente decreto.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Regulamento dos concursos de admissão e promoção do pessoal do quadro permanente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos

I — Disposições gerais

Artigo 1.º A admissão e promoção de pessoal para preenchimento dos lugares do quadro permanente da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, a que se referem os artigos 27.º e 30.º do decreto-lei n.º 35:403, de 27 de Dezembro de 1945, serão feitas mediante concursos de aptidão profissional ou de provas práticas, de harmonia com o disposto no capítulo III do mesmo decreto-lei e nos termos definidos no presente regulamento.

Art. 2.º Os júris dos concursos serão constituídos por três membros escolhidos pelo director geral entre funcionários de categoria igual ou superior à das vagas a preencher, não podendo o presidente ter categoria inferior à de chefe de repartição.

§ 1.º Quando para a constituição do júri haja conveniência em recorrer a pessoas estranhas ao quadro da Direcção Geral dos Serviços Eléctricos, será a respectiva nomeação da competência do Ministro da Economia.

§ 2.º Nos concursos de promoção a engenheiro inspector superior o júri será constituído pelo director geral, que servirá de presidente, e por dois vogais do Conselho Superior de Electricidade.

Art. 3.º Os concursos serão abertos mediante aviso publicado no *Diário do Governo*, por prazos não inferiores a trinta e a dez dias, respectivamente para admissão e promoção, e a sua validade será de dois anos, a contar da data em que for tornada pública a ordem de classificação dos candidatos.

§ único. Nos concursos de admissão o prazo de validade poderá ser reduzido por despacho do Ministro da Economia, publicado no *Diário do Governo*, se, decorrido um ano, tiverem sido admitidos ao serviço ou desistido da sua admissão pelo menos metade dos candidatos aprovados no concurso.

Art. 4.º Encerrado o concurso, o júri verificará toda a documentação referente aos candidatos e a relação dos concorrentes que forem opositores obrigatórios, nos termos do artigo 31.º do decreto-lei n.º 35:403, e organizará a lista provisória dos candidatos admitidos, a qual será publicada no *Diário do Governo*, dando-se para reclamações o prazo que for julgado conveniente.

§ único. As reclamações, se não forem atendidas pelo júri, serão informadas por este e submetidas a despacho ministerial.

Art. 5.º Depois de resolvidas as reclamações publicar-se-á no *Diário do Governo* a lista definitiva ou declaração de que se mantém a lista primitiva e a indicação da data e local da realização das provas práticas ou do prazo para apresentação dos trabalhos, conforme os casos.

Art. 6.º Os programas das provas práticas a realizar nos diferentes concursos de admissão e promoção serão